

## Daniela Violim da Silva

Secretaria Municipal da Educação  
de Bauru  
dviolim@yahoo.com.br

## Fernanda Aparecida de Souza Corrêa Costa

Secretaria Municipal da Educação  
de Bauru  
nanda\_life@yahoo.com.br

## Vera Lucia Messias Fialho Capellini

UNESP, Faculdade de Ciências,  
Departamento de Educação  
verinha@fc.unesp.br

## Relma Urel Carbone Carneiro

UNESP de Araraquara  
relmaurel@bol.com.br

### Correspondência/Contato

Secretaria Municipal da Educação  
Departamento de Planejamento, Projetos e  
Pesquisas Educacionais

Rua Padre João, 8-48, Altos da Cidade  
CEP 17014-500  
Fone (14) 3234-4693  
rpe@bauru.sp.gov.br  
<http://hotsite.bauru.sp.gov.br/rpe>

### Editores responsáveis

Carlos Alberto Gomes Barbosa  
carlosbarbosa@bauru.sp.gov.br

Wagner Antonio Junior  
wagnerantonio@bauru.sp.gov.br

## RESUMO

Educação Inclusiva é uma proposta na qual todas as pessoas são aceitas e reconhecidas por suas características individuais. Assim, este estudo objetivou investigar a concepção de escola inclusiva e sua relação com a gestão democrática na Educação Infantil. Participaram do estudo educadores de duas escolas de uma rede municipal de ensino, sendo os dados coletados por meio de entrevistas. Para o seu tratamento, foi utilizada abordagem qualitativa e, dos resultados, foram extraídas as inferências mediante a técnica de análise de conteúdo. Os resultados sugerem a necessidade de toda a equipe ser informada e compreender a importância da articulação com os diferentes segmentos sociais para apoiar o aluno com deficiência em suas necessidades, favorecendo, dessa forma, seu desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva. Gestão democrática. Necessidades educativas especiais. Educação infantil.

## ABSTRACT

Inclusive education is a proposal in which all people are accepted and recognized by their individual characteristics. Thus, this study aimed to investigate the concept of inclusive education and its relation within the democratic management on the early childhood education. Participated in these study educators of two schools in a municipal system school, the data were collected by means of interviews and were analyzed using qualitative approach. Educators participated in the study of two schools in a municipal school, and the data collected by means of interviews and organizes collective actions designed. The survey results suggest that is necessary that the management team is informed and understands the importance of articulating different social segments that can assist special needs of students with disabilities in their needs, promoting thus its development.

**Keywords:** Inclusive education. Democratic management. Special educational needs. Early childhood education.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem sido amplamente divulgada e discutida entre teóricos da educação, tendo em vista a necessidade de reconhecimento e valorização da diversidade humana como premissa básica de uma sociedade justa e equitativa, e as lutas sociais para que haja incorporação de todos os cidadãos nos espaços comuns de forma a usufruírem direitos e deveres também comuns.

Embora a inclusão social seja um tema abrangente, envolvendo todos os segmentos sociais, a escola – reconhecida como um dos *locus* de formação das novas gerações – é chamada a participar dessa reestruturação social geral de forma a contribuir com a formação de todos os cidadãos. No entanto, oferecer educação de qualidade a todos, requer reorganização de toda a estrutura escolar, uma vez que historicamente esta não tem sido sua função. Durante muito tempo a escola foi excludente, deixando à margem uma série de cidadãos que, por razões diversas como sociais, biológicas, econômicas etc., não tiveram acesso à educação escolar.

Falar em reorganização escolar implica uma série de fatores: políticos, estruturais, instrumentais e principalmente atitudinais. Desta forma, para se construir uma escola inclusiva é preciso que haja o envolvimento de todos os seus atores. A gestão escolar desempenha papel importante nesse processo na medida em que tem sob sua responsabilidade a escola como um todo. Embora os atores da gestão também precisem se reorganizar para fazer frente aos desafios propostos por uma educação inclusiva, além de sua própria busca, eles são chamados a liderar as mudanças necessárias em toda a escola.

Sob essa ótica, o tema tratado aborda o papel do gestor escolar diante dessa realidade, focando sua função em uma gestão democrática, assim como a possibilidade de articular diversos segmentos sociais que possam trabalhar conjuntamente com a escola e auxiliar no desenvolvimento do aluno, com respeito e dignidade.

A proposta de uma escola inclusiva engloba a garantia de acesso, permanência e aprendizagem para todos os alunos, inclusive aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais advindas de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, esses últimos alunos tradicionalmente atendidos pela Educação Especial de forma segregada.

Sabemos que a pessoa com necessidades educacionais especiais tem seus direitos garantidos na legislação vigente, que é dirigida a todos. Portanto, é necessário buscar meios e soluções para que essa legislação seja, de fato, cumprida.

Vários estudos como os de Carneiro (2006), Azevedo e Cunha (2008), Joviano (2009) e Tezani (2010) abordam a relação entre gestão escolar e educação inclusiva.

O gestor, diante do seu papel, precisa conhecer a realidade de sua comunidade e ter conhecimentos e técnicas que possam unir o coletivo para agir a favor do respeito e da diversidade, auxiliando os alunos que possuem necessidades educacionais especiais no aprendizado, em conjunto também com as famílias.

Nesse sentido, cabe ao gestor, juntamente com sua equipe escolar, realizar um Projeto Político-Pedagógico que abarque a diversidade, assim como acompanhar o cotidiano da instituição, para que a proposta de escola inclusiva não fique apenas na teoria, mas sim no dia a dia da escola, fazendo também com que todos se engajem neste mesmo objetivo comum.

Sendo assim, este estudo buscou investigar se alguns profissionais da Educação de determinadas escolas tinham a percepção adequada sobre como deve ser o trabalho de toda a equipe escolar, por intermédio de gestão democrática, para que a escola seja realmente inclusiva.

Partimos da premissa de que muitas ações vão além da gestão da escola e se tornam verdadeiros desafios, como políticas e recursos que viabilizem a estrutura da unidade escolar. Além disso, é sabido, também, que há muitas ações concretas a serem realizadas e estas dependem única e exclusivamente de pessoas que queiram se engajar num projeto escolar que valorize e respeite a diversidade, para a construção de uma sociedade justa, humana e igualitária.

## **2 MÉTODO**

Os sujeitos participantes da pesquisa foram representantes de duas unidades escolares de Educação Infantil de uma rede municipal de ensino, a saber: um diretor de escola, um professor, uma servente, uma merendeira, uma secretária de escola e uma pessoa da comunidade de cada unidade escolar pesquisada.

Os participantes foram selecionados por meio de sorteio e concordância dessas pessoas, sob autorização da direção da escola, exceto os diretores, pois estes foram convidados a participar devido à temática do estudo. Após procedimentos éticos, a coleta de dados foi realizada mediante entrevista semiestruturada. Esta teve como objetivo obter informações do entrevistado sobre o problema pesquisado, sendo dirigida com perguntas abertas em que, para Lakatos e Marconi (2008) há a possibilidade de investigações mais profundas e precisas. Essa entrevista contou com seis questões abertas que focaram a concepção de educação inclusiva e o cotidiano da gestão escolar, são elas:

1 - Para você, que é educação inclusiva?

2 - Você conhece a legislação sobre educação inclusiva? De que maneira ela dificulta ou auxilia na gestão da escola?

3 - Qual é o papel da gestão escolar nesse processo?

4 - Em relação à gestão escolar, como você vê a participação dos funcionários, professores, alunos e comunidade nas decisões da escola? Ela acontece? De que forma?

5 - A escola tem garantido a aprendizagem de todos?

6 - Na sua visão, quais são as maiores dificuldades encontradas em relação à educação inclusiva? E quais as sugestões que auxiliariam na construção de uma escola inclusiva?

Os dados coletados foram analisados por meio da Análise do Conteúdo. As categorias do presente trabalho foram elaboradas neste processo, a partir da análise da temática de cada questão, tendo em vistas os objetivos da pesquisa: investigar se alguns profissionais da Educação de determinadas escolas tinham a percepção adequada sobre como deve ser o trabalho de toda a equipe escolar, por intermédio de gestão democrática, para que a escola seja realmente inclusiva.

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o genero (analogia), com os critérios previamente estabelecidos [...] A partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias. A categorização tem como primeiro objectivo (da mesma maneira que a análise documental), fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos (BARDIN, 1991, p. 117-119).

### **3 RESULTADOS: DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO**

A educação inclusiva é um processo que ainda caminha paulatinamente para o alcance de seu real propósito, devido a inúmeros desafios, os quais se encontram detalhados na exposição dos resultados da análise dos dados, realizada em duas escolas, aqui discriminadas como A e B, sendo os participantes também citados por seu papel (diretor, professor, secretária, servente, merendeira, mãe de aluno) com a referência da escola em que se encontram (A ou B).

Diante dos dados, considerando as questões realizadas, agrupamos os resultados em seis categorias, levando em conta as concepções, a saber: de inclusão; de legislação; do papel do gestor; de gestão democrática; da garantia de aprendizagem; dos dificultadores e das possibilidades da inclusão.

### 3.1 Concepção de inclusão

Sobre o conceito de inclusão, a maioria dos entrevistados a associa apenas a alunos com deficiência como, por exemplo, a diretora A que afirmou: **“é a educação que se dá a todos os nossos alunos, mas, especialmente, aos alunos com necessidades e dependências especiais”**.

Tendo em vista que a educação inclusiva abrange a diversidade, a escola B apresentou, na concepção dos entrevistados, maior clareza em relação a esse conceito aqui explanado, como visto na fala da professora B: **“Educação inclusiva é uma educação de qualidade para todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, religião, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos”**.

Entretanto, na escola A, a maioria associou inclusão aos alunos com deficiência como na fala da professora A: **“Educação inclusiva é aquela em que o aluno que tem algum tipo de deficiência interage com crianças sem deficiência”**.

Portanto, em relação à concepção de educação inclusiva, as escolas A e B se diferenciaram, porém, ambas precisam ainda trabalhar o conceito de educação inclusiva como sendo a escola para todos, independentemente de qualquer adjetivo, como nos mostra Capellini (2008) quanto à restrição do conceito de “educação inclusiva” concernente à matrícula do aluno com deficiência na classe comum; precisamos ampliá-lo, pois o conceito é extensivo a todo e qualquer aluno excluído da educação. Dessa forma, concordamos com Omote (2003) quando afirma:

A inclusão é, acima de tudo, um princípio ideológico em defesa da igualdade de direitos e do acesso às oportunidades para todos os cidadãos, independentemente das posses, da opção religiosa, política ou ideológica, dos atributos anatomofisiológicos ou somatopsicológicos, dos comportamentos, das condições psicossociais, socioeconômicas e da afiliação grupal. Trata-se de um imperativo moral inalienável nas sociedades atuais (OMOTE, 2003, p. 154).

Acreditamos na proposta de educação inclusiva como ressalta também Tezani (2010), que esclarece o valor real da inclusão:

O valor principal que norteia a ideia da inclusão está calcado no princípio da igualdade e da diversidade, concomitante com as propostas de sociedade democrática e justa. Fundamenta-se na concepção de educação de qualidade para todos, respeitando a diversidade dos alunos e realizando o atendimento às suas necessidades educativas. (TEZANI, 2010, p. 1).

Assim, educação inclusiva é entendida como uma proposta na qual todas as pessoas são aceitas e reconhecidas diante das suas características individuais, sejam elas diversificadas por cor, raça, religião, seja por necessidades especiais.

## 3.2 A legislação

Em relação ao conhecimento sobre legislação vigente, a respeito de educação inclusiva, a maioria dos entrevistados da escola A afirmou conhecê-la, contudo, parte não acredita que ela auxilie na gestão escolar, como mostra a fala da professora A: **“Ela mais dificulta do que ajuda, pois ela inclui, mas não dá suporte físico, nem humano, nem preparo nenhum sem material”**.

Já na escola B houve contradição, pois a maioria disse não conhecer a legislação, porém, afirmou que esta auxilia o cotidiano do gestor escolar, como diz a merendeira B: **“Não conheço muito a legislação, mas acredito que ela não dificulta a gestão escolar e, no auxílio, eu acho que é bom”**.

Outros estudos também obtiveram esta constatação (ARSÊNIO, 2007; CAPELLINI; RODRIGUES, 2009). Para o exercício da cidadania, o conhecimento da legislação sempre é importante e fundamental; neste caso a equipe escolar precisa conhecer a legislação não só pelos aspectos educacionais como também para colaborar na orientação da família e da sociedade.

Notamos que houve grande evolução nas políticas públicas no âmbito da educação inclusiva; no entanto, a sociedade, de uma forma geral, tem o conhecimento apenas da existência das leis, desconhecendo o teor abrangente da legislação vigente.

Toda pessoa tem direitos e deveres que são históricos e que decorrem de lutas travadas pelo homem, ao longo de sua existência, em busca da emancipação e de transformações que ocorrem em seu estilo de vida. Assim também, a luta pelo reconhecimento de cidadãos com deficiência é longa. Durante muito tempo, essa questão foi tratada como problema somente do indivíduo e não da sociedade e suas instituições como um todo.

As pessoas com deficiência têm seus direitos garantidos na legislação, direitos estes reconhecidos e proclamados. Ferreira e Guimarães (2003, p. 89) destacam, no Capítulo III da Constituição Federal – Da Educação, Da Cultura e Do Desporto, no Art. 240: “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho [...]”.

O século XX tem como característica, na área de educação, dentre outras, a ênfase na escola inclusiva. Houve muitos avanços com a Constituição Federal (1988/2001), Declaração Mundial sobre Educação para Todos (DMET, 1990), Declaração de Salamanca (1994) e, depois, com a LDB (1996) e o Plano Nacional de Educação (2001), entre outros instrumentos legais que levaram a sociedade a pensar sobre a diversidade da espécie humana.

A legislação atual é uma evolução nas políticas públicas a respeito da inclusão. A escola de hoje precisa ser um ambiente favorável à aprendizagem, ou seja, um lugar de acolhimento, de estímulo, de desenvolvimento e informação. Entretanto, é sabido que somente a legislação não basta para realmente haver inclusão escolar e desenvolvimento do aluno. Na escola, faz-se necessário dar condições a eles para se tornarem cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, bem como respeitar e ser respeitado. Entra, então, como um dos fatores de sucesso, o papel do gestor escolar.

### 3.3 Papel do gestor escolar

A gestão escolar tem papel essencial para a construção da escola inclusiva; em relação ao papel da gestão diante desse processo, a concepção dos participantes das escolas A e B não apresentou diferença significativa.

Em ambas as escolas, a maioria dos participantes acredita que o papel da gestão escolar é o de mobilizar ações e a equipe escolar para que realmente se construa uma escola inclusiva, como por exemplo, a afirmação da servente A: **“A gestão escolar deve promover ações reais que façam com que funcionários, alunos, pais e comunidade vivam a inclusão como um assunto de interesse geral”** e da diretora B que ressalta: **“[...] mobilizar a equipe para um bom trabalho de inclusão”**.

Partindo da ótica da gestão democrática, cabe a todos (diretor, professores, equipe de apoio, alunos e pais) planejar e pôr em prática as metas para o alcance dos objetivos da escola. Contudo, para o gestor fica a responsabilidade de conduzir esse processo de autonomia e democracia. Ou seja, como Carneiro (2006, p. 51) afirma: **“[...] a liderança do diretor é vista como fator-chave para o sucesso”**.

Dessa forma, além de oferecer apoio e suporte aos alunos, comunidade e equipe escolar, cabe à gestão também mobilizar toda a equipe, com ações concretas, seja de estrutura física, seja de formação e recursos humanos, para que aconteça educação inclusiva de qualidade. Isso pode ser facilitado por meio de gestão democrática.

### 3.4 Concepção de gestão democrática

A concepção da importância da participação de todos os envolvidos é essencial. Grande parte (73%) dos entrevistados de ambas as escolas afirmou que há a participação dos funcionários, professores, alunos e comunidade nas decisões da escola, como afirma a servente B: **“Vejo que muitos participam e colaboram, levando em conta o conhecimento de cada um em relação às situações levantadas”**; e a merendeira A: **“Todos com boa**

**vontade, para que desenvolva cada um o seu papel. Ela [participação] acontece de forma a melhorar as condições escolares de cada criança”.**

Todavia, ao compararmos as afirmações dos gestores com as dos demais funcionários, esses afirmam que há a participação de todos, como na escola B: **“aqui na escola, sempre consulto os demais ao tomar iniciativas, todos têm o direito (e o dever) de expressar seus pensamentos e opções, seja num momento coletivo, seja individual”**, contrapondo-se à afirmação da professora B que diz: **“Em relação à gestão escolar, não acontece na prática a participação dos funcionários, alunos e comunidade nas decisões da escola, ficando restrita para diretores, coordenadores e professores.”**

Na escola A ocorre também essa divergência, em que a servente A ressalta que: **“Deveria haver maior empenho e unir professores, funcionários e alunos e toda a comunidade em um aprendizado constante”**.

Essas contradições podem ser entendidas diante das formas de participação que foram elencadas em que a participação de todos deve estar além de reuniões de pais, festas e reuniões pedagógicas. Todo o planejamento de ações para a construção de uma escola inclusiva precisa voltar-se para os interesses coletivos, bem como é primordial a ciência de toda a equipe escolar e comunidade sobre possibilidades de parcerias para o alcance de metas estabelecidas. Apenas um participante de cada escola não mencionou como deveria ocorrer essa participação.

O gestor precisa ser um líder e promover a coletividade e, também, ter conhecimento para mobilizar práticas onde todos possam colaborar. Além de ouvir a opinião, o gestor precisa ter conhecimento e habilidades para agir, como mostra a fala da diretora A, diante das dificuldades: **“Arrumamos cursos existentes como o CEDAU para enriquecimento dos conhecimentos já existentes das professoras, pesquisas na Internet e muita colaboração de todos os funcionários”**. Ou seja, a busca por parcerias e informações faz com que gradualmente se construa a escola inclusiva que, como ressalta Carneiro (2006, p. 58), “as mudanças não são fáceis e ocorrem conforme a escola caminha para o desconhecido, em conjunto com o interesse pessoal e coletivo dos envolvidos”.

Partindo do pressuposto de educação dialógica, a educação torna-se prática compartilhada. Como nos ensina Freire (1987, p. 78), “O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu.”:

A tarefa é difícil. Quebrar velhos paradigmas, compreender processos difusos, abertos a múltiplas possibilidades parece mesmo assustador. Porém, temos que tomar o trem da história, tentar balizar seus caminhos e não, simplesmente, deixar que sejamos atropelados por ele. A escola é local onde a diversidade prevalece, mas até então esta tem sido escamoteada, e continua a impor uma visão única de padrão da realidade vivida, por isso, a escola também virou ponto de confronto. Nela, como em outros espaços e tempos, a alteridade é sinônimo de inferioridade e não de diferença. Assim, busca-se hoje



romper com essa visão intolerante e preconceituosa que mascara a realidade e procuram-se, na interação, no diálogo, novas formas de relação com o diferente; formas essas, muito mais justas, democráticas e enriquecedoras (JOVIANO, 2009, p. 1).

Numa escola inclusiva, todos os funcionários precisam envolver-se com o planejamento de ações que se preocupam em alcançar essa meta. E o gestor escolar necessita atentar-se para a construção de um projeto de inclusão escolar, bem como com a prática e as necessidades, envolvendo-se e engajando-se em ações que estimulem a inclusão, articulando parcerias para crianças e famílias que necessitam de apoio especializado. Carneiro (2006) ressalta que:

[...] a colaboração na escola pode ser exercida de várias formas incluindo o estabelecimento de redes de apoio através de parcerias com outros setores da comunidade como saúde, assistência social, esporte e lazer, ou através de parcerias entre a própria equipe escolar, entre o professor da classe comum e o professor especializado. (CARNEIRO, 2006, p. 51).

E para que essas parcerias atuem efetivamente para a educação inclusiva, faz-se necessário que a equipe escolar e a comunidade estejam cientes dessa possibilidade, propiciando garantia de qualidade de aprendizagem igualitária para todos, sem distinção.

### 3.5 Garantia de aprendizagem

Quando indagados sobre a garantia do aprendizado de todos os alunos pela escola, os resultados foram bem diferenciados.

A escola A, em sua grande maioria (84%), diz garantir o aprendizado a todos os alunos como diz a Mãe de aluno A: **“Sim e muito! Garante o máximo de ensino a todos que frequentam todos os dias a escola e, lá, o ensino garantido, pelo menos, eu acho ótimo”**.

Já na escola B, houve certa diferença nas opiniões dos entrevistados. Uma parte (60%) pensa que a escola garante o aprendizado dos alunos como a fala da servente B: **“Sim, pois agora existem nas escolas salas de recursos para trabalhar com os alunos que tem dificuldade de aprendizagem”**, e da mãe de aluno B: **“de certa forma sim, o aprendizado é excelente”**.

Porém, a merendeira da mesma escola (escola B) pensa o oposto. Ela diz: **“Não, nem dos que são considerados normais”**, mencionando a não garantia do aprendizado de todos os alunos. Contudo, a professora B foi taxativa ao enfatizar o que realmente vemos nas escolas hoje em dia: **“A escola tem garantido o acesso a todas às pessoas com deficiência ou não, no entanto, não tem garantido a aprendizagem de todos, visto que alguns apresentam prejuízo no desenvolvimento cognitivo”**. Esta fala mostra a realidade vivida

nas escolas atualmente. O acesso é garantido a todos, mas a qualidade e a garantia da aprendizagem a todos os alunos não é o que acontece de fato nas salas de aulas.

Garantir o acesso e a permanência de crianças com necessidades especiais no sistema escolar requer, entre muitos aspectos, “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização que sejam específicos para atender às suas necessidades” (Carneiro, 2006, p. 49). E isso não é trabalho apenas para o professor. Enquanto membro da equipe escolar, ele é importante sim, mas não o único agente nesse processo.

Em uma escola democrática, o diretor desempenha papel fundamental na construção da escola verdadeiramente inclusiva. Para que a inclusão ocorra com sucesso, Carneiro (2006, p. 51) lembra que: “É importante que o diretor apresente conhecimentos e habilidades que favoreçam integração, aceitação, e sucesso de estudantes com necessidades educacionais especiais em classes comuns de escolas regulares”.

Entretanto, percebemos que, apenas conhecimentos e habilidades não são suficientes. É necessário o gestor saber como organizar a interação da escola com os demais segmentos da sociedade como saúde, assistência social, esporte e lazer; só assim, o aluno com necessidades especiais terá a oportunidade de vivenciar a inclusão não apenas no ambiente escolar, mas na sociedade em geral.

Frente ao exposto, torna-se necessário apontar alguns dificultadores desse processo e as perspectivas de solução para o problema que as entrevistadas propuseram.

### 3.6 Educação inclusiva: dificultadores e possibilidades

Quando o assunto é “as maiores dificuldades encontradas em relação à educação inclusiva e as sugestões que auxiliariam na construção de uma escola inclusiva”, as opiniões entre as escolas também divergem.

Os dados apontam a escola A com maior dificuldade para a construção dessa escola inclusiva: há falta de estrutura ou esta é de forma inadequada como nos mostra a diretora da escola A quando diz: “**Apoio dos superiores (poder público) nas reformas urgentes necessárias, cooperação espontânea de todos, pois alguns fazem por obrigação, piedade ou paternalismo**” e a secretária A que afirma: “**Falta de recursos ... Temos que educar para uma sociedade inclusiva e nos comprometer a fazer o melhor, seja qual for a necessidade da criança ou jovem com necessidades especiais**”.

Na escola B, as respostas novamente foram diversificadas: 34% dos entrevistados afirmaram que as dificuldades maiores consistem na falta de estrutura; outros disseram que essas dificuldades se concentram na falta ou na má formação e capacitação dos professores e demais envolvidos no processo educativo, como nos diz a merendeira B: “**As dificuldades**

**são a falta de profissionais especializados para eles, orientações constantes para a equipe escolar, profissionais capacitados para troca, alimentação”**, entre outras citações. As professoras dessa escola (16%) também ressaltam aspectos importantes: o número elevado de alunos nas salas de aula, e a resistência por parte de alguns professores quando alegam falta de preparo para lidar com essas crianças.

As sugestões apresentadas pelos participantes, para a construção de uma escola inclusiva, abrangem vários setores da sociedade. Citamos algumas a seguir:

- Infraestrutura e materiais apropriados para o trabalho com as crianças com deficiências.
- Professores especializados.
- Equipe multidisciplinar para orientações nas escolas.
- Cursos de aperfeiçoamento para professores e funcionários de escolas.
- Auxiliares nas salas de aulas.
- Maior ligação entre a escola de ensino regular e a escola especializada (APAE), entre outras.

Enfim, notamos que há diferenças nas concepções dos participantes e entre as escolas, porém, analisando as opiniões e crenças de todos, o que mais chama a atenção é que todos concordam que é necessária a parceria com unidades especializadas quando se trata de educação inclusiva, vindo ao encontro da teoria, onde se faz necessário o gestor ter conhecimentos sobre as possibilidades de envolver os diversos segmentos sociais para a construção de uma escola inclusiva. Sage (1999) e Reis (2000), citados por Sant' Ana (2005, p. 31) afirmam que:

[...] o diretor de escola inclusiva deve envolver-se na organização de reuniões pedagógicas, desenvolver ações voltadas aos temas relativos à acessibilidade universal, às adaptações curriculares, bem como convocar profissionais externos para dar suporte aos docentes e às atividades programadas. Além disso, o administrador necessita ter uma liderança ativa, incentivar o desenvolvimento profissional docente e favorecer a relação entre escola e comunidade.

Nessa perspectiva, ressaltamos que a função do gestor escolar vai além da administração: ele precisa atentar-se para os projetos da escola, o cotidiano pedagógico, a formação continuada da equipe escolar e as parcerias entre instituições que possam apoiar e auxiliar o atendimento de todos os indivíduos, com respeito e dignidade.

Ainda, de acordo com Sant'Ana (2005), sabemos que, muitas vezes, o papel do diretor de escola é dificultado devido a atividades que vão além dos aspectos pedagógicos, já que ele passa a maior parte do tempo desenvolvendo atividades administrativas e burocráticas. Mesmo nesse ativismo, é preciso que o diretor promova também ações que envolvam acompanhamento, discussão e avaliação com todos os participantes, a fim de promover sua função social e política, presente na gestão participativa e democrática.

Além disso, todas essas ações e parcerias precisam condizer como o Projeto Político-Pedagógico da escola que, para abarcar educação inclusiva, necessita abrir-se – desde sua elaboração até a execução e a avaliação – aos funcionários da escola e para toda a comunidade.

É pelo Projeto Político-Pedagógico que a escola estabelece as relações com a sociedade na busca de parcerias para sanar ou minimizar as dificuldades encontradas no decorrer do processo educativo. A escola é desafiada a todo o momento quando proporciona uma proposta de educação inclusiva, pois, é pelas diversidades que se constroem escolas críticas, responsáveis e comprometidas com a formação de cidadãos atuantes e reflexivos na sociedade em que vivem (AZEVEDO; CUNHA, 2008).

Enfim, cabe à gestão escolar o papel de zelar e lutar por uma escola inclusiva, que reflita no cotidiano sobre o que está planejado e discute coletivamente o Projeto Político-Pedagógico, já que a inclusão não acontece repentinamente, mas sim de forma gradual, conforme o diretor e toda a equipe escolar se engajem nesse objetivo comum.

Este papel de agente de modificação de uma escola tradicionalmente excludente para a escola verdadeiramente inclusiva que aceite, respeite e incentive as diferenças, entendendo-as como importantes no desenvolvimento da cidadania de todos os seus alunos, não será assumido de forma tranquila pelo diretor escolar e sua equipe de gestão. As mudanças necessárias não são simples nem fáceis; é preciso que haja interesse pessoal e coletivo em mudar o rumo e seguir para o desconhecido (CARNEIRO, 2006).

É desejável que toda a equipe escolar esteja empenhada e se sinta responsável em garantir educação de qualidade para todos, atendendo aos anseios de toda a comunidade, pensando sempre em atuar em busca de uma sociedade justa e igualitária.

É importante ressaltar, também, que o acesso total e a permanência ainda se constituem em obstáculos, mas que, gradativamente, serão superados em nossas escolas; para isso, é necessário investir, na atualidade, em educação de qualidade a todos, que abranja a diversidade de alunos que já possuem o acesso à escola.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme destacamos neste trabalho, a gestão democrática é a proposta mais adequada para que ocorra a eficiência (= ação), a eficácia (= resultados) e a efetividade (= relação custo-benefício) para que se viabilize verdadeira educação inclusiva. Sem a participação de todos os envolvidos no processo educativo (gestores, professores, funcionários, pais, estudantes e sociedade civil) isso não ocorre a contento.

Assim, acreditamos que os objetivos propostos foram alcançados: investigar a concepção que os profissionais da Educação têm sobre escola inclusiva e a relação desta com a gestão democrática na Educação Infantil, além de produzir informações para que a escola possa incorporar o trabalho na perspectiva da educação inclusiva.

Pudemos constatar pelos resultados encontrados na pesquisa realizada nas escolas de Educação Infantil que, na concepção das entrevistadas, a maioria associa escola inclusiva a alunos com deficiências, possivelmente, devido à mídia focar o assunto de forma aleatória.

Além disso, verificamos, também, que os participantes conhecem superficialmente a legislação em nosso país, por não apontarem os verdadeiros direitos dos cidadãos.

O papel do gestor, diante dessa realidade, a partir de uma gestão democrática, configura-se, então, dentre outros aspectos, em garantir escola de qualidade para todos, independentemente de com ou sem deficiência (como citados pelos participantes), etnia, gênero, religião etc.

No entanto, o gestor escolar, sozinho, não conseguirá construir essa escola. Para isso, todos precisam se engajar nesse processo onde, havendo diálogo e informação, o objetivo maior será alcançado, que é a garantia de educação que englobe tanto acesso quanto efetivação da aprendizagem.

Implementando a gestão democrática, o gestor precisa estar atento e informado sobre as ações possíveis, pois é ele quem está à frente da escola e é o responsável pelas tomadas de decisões (em conjunto com a equipe) para a concretização dessas ações.

Diante disso, concluímos que a educação inclusiva é uma necessidade, porém, muito se fala em acesso à escola, mas se esquece do suporte físico, material e da formação dos profissionais envolvidos para que ela se viabilize e se efetive. Na visão dos participantes, a concepção está voltada para a diversidade, entretanto, as ações concretas estão longe de ser efetivadas.

A construção de uma escola inclusiva e conseqüentemente de uma sociedade inclusiva é uma ação processual que demanda vontade política, investimento econômico e humano. Não se dará instantaneamente justamente porque requer mudança de paradigma, ou seja, mudança na forma de pensar e agir em relação às diferenças humanas, entendendo-as como constituintes de nossa raça e, por esse motivo, de valorização para enriquecimento coletivo. A efetivação das ações concretas levantadas pelos sujeitos deste estudo passa pelo envolvimento e comprometimento de cada cidadão, seja da escola, seja da sociedade como um todo, para que as mudanças desejadas sejam alcançadas.

## REFERÊNCIAS

ARSENIO, I. *Análise dos obstáculos à inclusão escolar da pessoa com deficiência: uma revisão da literatura especializada*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

AZEVEDO, M. A. R.; CUNHA, G. R. Gestão escolar e educação inclusiva: uma parceria necessária e emergente na escola. In: *Educação: Teoria e prática*. jul-dez, 2008, p. 53-72.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2010.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais* (1994). Brasília: UNESCO. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/salamanca.txt>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

BRASIL. *Declaração mundial sobre educação para todos* (1990). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2010.

BRASIL. *Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990*. Promulga a convenção sobre os direitos da criança. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/crianca.htm>>. Acesso em: 14 set. 2010.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2010.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. (2001). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2010.

CAPELLINI, V. L. M. O direito de aprender de todos e de cada um. In: MORAES, M. S. S.; MARANHE, E. A. (org) *Introdução conceitual para a educação na diversidade e cidadania*. v. 2. Bauru: Ed. UNESP-SECAD-UAB, 2008, p. 65-99.

CAPELLINI, V. L. M.; RODRIGUES, O. M. R. P. Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva. *Educação*, set-dez, 2009, p. 355-364.

CARNEIRO, R. U. C. *Formação em serviço sobre gestão de escolas inclusivas para diretores de escolas de educação infantil*. São Carlos: UFSCar, 2006.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. *Educação inclusiva*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JOVIANO, L. H. da S. *Educação e diversidade cultural*. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifex/anais/EDU/edu0702.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OMOTE, S. A formação do professor de educação especial na perspectiva da inclusão. In: BARBOSA, R. L. (org.) *Formação de educadores: desafios e perspectiva*. São Paulo: UNESP, 2003, p. 153 -169.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. *Psicologia em Estudo*, Maringá, maio-ago. 2005, p. 227-234.

TEZANI, T. C. R. *A relação entre gestão escolar e educação inclusiva: o que dizem os documentos oficiais?* Disponível em: <[http://www.fclar.unesp.br/publicacoes/revista/polit\\_gest/edi6\\_artigothaitezani.pdf](http://www.fclar.unesp.br/publicacoes/revista/polit_gest/edi6_artigothaitezani.pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2010.

---

### **Daniela Violim da Silva**

Daniela Violim da Silva é formada em Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Estadual Paulista – UNESP – BAURU. Especialista em Psicopedagogia Institucional. Atualmente, trabalha

na rede municipal de Bauru, como professora de Educação Infantil.

---

***Fernanda Aparecida de Souza Corrêa Costa***

Fernanda Aparecida de Souza Corrêa Costa é formada em Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Estadual Paulista – UNESP – BAURU. Especialista em Psicopedagogia Institucional. Atualmente, trabalha na rede municipal de Bauru, como professora de Educação Infantil.

---

***Vera Lúcia Messias Fialho Capellini***

Vera Lúcia Messias Fialho Capellini é graduada em Pedagogia com Habilitação em Educação Especial e Administração Escolar pela Universidade Metodista de Piracicaba (1991), mestrado (2001) e doutorado (2004) em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é Professora do Depto de Educação e do Programa de Pós-graduação em Psicologia do desenvolvimento e da Aprendizagem da FC/UNESP- Bauru. Líder do Grupo de Pesquisa: A inclusão da pessoa com deficiência e os contextos de aprendizagem e desenvolvimento.

---

***Relma Urel Carbone Carneiro***

Relma Urel Carbone Carneiro é graduada em Pedagogia com habilitação em Deficientes da Audio-comunicação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1990), mestrado em Ciências: Distúrbios da Comunicação Humana pela Universidade de São Paulo (2002) e doutorado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) pela Universidade Federal de São Carlos (2006). Atualmente é docente da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara.